



<https://doi.org/10.47456/simbitica.v11i3.43758>

## **Participação e juventudes no Ensino da Sociologia: contribuições do PIBID Ciências Sociais**

*Participation and youth in the Teaching of Sociology:  
contributions of PIBID Social Sciences*

*Participación y juventud en la Enseñanza de la Sociología:  
aportes del PIBID a las Ciencias Sociales*

**Euzeneia Carlos**

Universidade Federal do Espírito Santo

**Larissa Franco de Mello Aquino Pinheiro**

Universidade Federal do Espírito Santo

**Yamilia de Paula Siqueira**

Universidade Federal do Espírito Santo

**Resumo** Este artigo examina como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), na subárea Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, produziu resultados no processo ensino-aprendizagem e na formação política dos estudantes, em uma escola estadual de ensino médio de Vitória-ES. A análise das contribuições do Pibid considera a inovação na prática de ensino, em particular o projeto educacional “Participação Estudantil” desenvolvido na disciplina Sociologia, de 2014 a 2017. Essa prática buscou ampliar as condições de participação estudantil a partir de um trabalho pedagógico caracterizado por: possibilitar ao estudante ser um agente ativo e construtor do conhecimento e; fomentar diversas formas de ação política. A investigação se baseia no método de estudo de caso e nos seguintes instrumentos de pesquisa: observação participante, entrevista, questionário e análise de fanzines. O estudo aponta que a execução do Pibid contribuiu para a competência cognitiva de compreensão e comunicação dos estudantes, impactando seu perfil associativo e percepções acerca da participação.

**Palavras-Chave:** Participação; Juventude; Sociologia no ensino médio; Prática de Ensino.



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, Vitória. ISSN: 2316-1620

**Abstract** This article examines how the Institutional Teaching Initiation Scholarship Program (Pibid), in the Social Sciences subarea of the Federal University of Espírito Santo, produced impacts on the teaching-learning process and on the political formation of students, in a state high school in Vitória-ES. The analysis of Pibid's contributions considers the innovation in pedagogical practice, in particular the educational project “Student Participation” developed in the Sociology discipline, from 2014 to 2017. This project sought to expand the conditions for student participation from a pedagogical work: enabling the student to be an active agent and builder of knowledge and fostering different forms of political action. The research is based on the case study method: participant observation, interview, survey and analysis of fanzines. The study indicates that the implementation of Pibid contributed to students' cognitive competence in understanding and communicating, impacting their associative profile and perceptions about participation.

**Keywords:** Participation; Youth; Sociology; Pedagogical practice.

**Resumen** Este artículo examina cómo el Programa Institucional de Becas de Iniciación a la Docencia (Pibid), en la subárea de Ciencias Sociales de la Universidad Federal de Espírito Santo, produjo impactos en el proceso enseñanza-aprendizaje y el formación política de los estudiantes, en una escuela secundaria estatal de Vitória-ES. El análisis de los aportes del Pibid considera la innovación en la práctica docente, en particular el proyecto educativo “Participación Estudiantil” desarrollado en la disciplina Sociología, de 2014 a 2017. Esta práctica buscó ampliar las condiciones para la participación estudiantil a partir de un trabajo pedagógico: posibilitando que el estudiante sea un agente activo y constructor de conocimientos y fomentando diferentes formas de acción política. La investigación se basa en el método de estudio de casos: observación participante, entrevista, cuestionario y análisis de fanzines. El estudio indica que la implementación de Pibid contribuyó a la competencia cognitiva de los estudiantes en comprensión y comunicación, impactando su perfil asociativo y percepciones sobre la participación.

**Palabras clave:** Participación; Juventud; Sociología; Práctica pedagógica.

*Recebido em 19-02-2024  
Modificado em 26-04-2024  
Aceito para publicação em 01-06-2024*

## Introdução

Este artigo tem por finalidade abordar como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)<sup>1</sup>, na subárea Ciências Sociais na Universidade Federal do Espírito Santo, produziu impactos na formação política da juventude por meio do desenvolvimento do projeto educacional “Participação Estudantil”, no contexto de obrigatoriedade da Sociologia na Educação Básica, especialmente nos anos de 2014 a 2017. Neste propósito, analisa uma prática de ensino acerca do tema participação e juventude, refletindo sobre seus resultados para o processo ensino-aprendizagem na Sociologia do ensino médio e para a formação política da juventude inserida no ambiente escolar. Originalmente denominada “Aprendendo a participar: como desenvolver um projeto de participação estudantil na escola”, esta prática pedagógica consiste em projeto educacional desenvolvido em uma escola estadual de ensino médio na cidade de Vitória/ES, EEEM Professor Fernando Duarte Rabelo, ao longo de 2014.

O Pibid Ciências Sociais iniciou suas atividades na Ufes em 2014 (Edital Capes/MEC n. 61/2013), se encerrando no ano de 2018. Neste período, o subprojeto integrou 33 participantes bolsistas, entre licenciandos, supervisores da educação básica e coordenadores de área, além de professores colaboradores. Visava desenvolver experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes inovadoras e interdisciplinares no ensino da Sociologia no ensino médio, valorizando a experimentação, a criatividade e a inovação na construção de alternativas didático-pedagógicas. Foi um projeto de formação docente com princípios de valorização do contexto/cultura escolar, da atitude investigativa no processo ensino-aprendizagem, da superação da dicotomia teoria-prática no exercício do magistério, do desenvolvimento de uma perspectiva crítica e reflexiva no tratamento dos conceitos, temas e teorias, e da valorização da inovação e da interdisciplinaridade na prática pedagógica docente.

A disciplina de Sociologia no currículo da educação básica foi marcada por uma trajetória de continuidades e descontinuidades. Neste decurso, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB – Lei nº 4.024/61), definiu a Sociologia como disciplina optativa, ao passo que a segunda LDB, em 1996, lhe conferiu o *status* de temática interdisciplinar, ao qual se seguiram campanhas para a sua inclusão como disciplina obrigatória (Schevisbiski, 2013). Em 2004, na revisão dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o professor Amaury César Moraes emitiu o parecer contrário à transversalidade dos conteúdos de Sociologia e Filosofia, e em defesa de sua obrigatoriedade. Não obstante, somente em 2008 foi promulgada a Lei nº 11.684, que instituiu a obrigatoriedade da Sociologia nos três anos do ensino médio (Moraes, 2017). “Tal mudança fortaleceu as licenciaturas em Ciências Sociais e fez com que muitos estudantes optassem por essa modalidade de formação, para além do bacharelado” (Autor;

<sup>1</sup> O Pibid é uma iniciativa que integra a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria da qualidade da educação básica pública brasileira (Brasil, 2024).

Moraes, 2020:91-92). Malgrado, após quase uma década de institucionalização, uma nova reforma do ensino médio em 2017, retirou a obrigatoriedade da Sociologia do ensino médio, passando tão-somente a “estudos e práticas” de Sociologia, cujo revés produziu impactos nas licenciaturas em Ciências Sociais e na formação dos estudantes (Brasil, 2017).

Neste contexto de institucionalização da Sociologia como disciplina obrigatória do ensino médio, através da Lei nº 11.684/2008, muito se enfatizou sua contribuição à formação política do cidadão e ao pensamento crítico e transformador. E, ainda, seu papel na problematização e na desnaturalização de concepções arraigadas acerca dos fenômenos sociais, revelando seu caráter histórico e correlacionado à ação humana (Brasil, 2006). Neste processo, por meio da valorização da “imaginação sociológica” supôs-se que os jovens estudantes seriam instrumentalizados para pensar criticamente a realidade vivida, capacitados à percepção da historicidade na explicação dos fenômenos sociais, políticos e culturais nos quais se encontram imersos.

Apesar da Sociologia na escola padecer da ausência de tradição e continuidade na prática pedagógica, com consequências na construção de consensos sobre conteúdos, metodologias e recursos didáticos, puderam ser observados alguns avanços na construção de práticas inovadoras e criativas. No ensino da Sociologia na Educação Básica, as traduções e mediações contribuem significativamente para essas experiências educativas e, por extensão, para que o processo de ensino-aprendizagem se concretize com qualidade.

Entre o nível superior de ensino e o ensino médio os desafios metodológicos postos ao ensino de Sociologia são incontáveis, exigindo-se a readequação dos termos de linguagem, objetos, conceitos, teorias e temas da ciência sociológica ao universo cognitivo dos jovens e ao espaço formativo da escola. Nesse desígnio, os conteúdos clássicos e contemporâneos da Sociologia devem ser traduzidos numa linguagem adaptada à fase de aprendizagem dos estudantes e que considere o contexto de ensino e a construção de saberes escolares. O aperfeiçoamento das mediações pedagógicas permite promover mudanças nas práticas de ensino e nos recursos didáticos, visando a superação ou minimização dos problemas existentes no processo de ensino-aprendizagem.

A Sociologia na escola remete necessariamente ao esforço de integração entre escola e juventude, cujo processo de mediação deve considerar o perfil juvenil no intuito de adequar-se a ele. Esse amoldamento do conhecimento sociológico se expressa na busca de metodologias de ensino apropriadas às juventudes.

No contexto escolar, a temática da participação e juventude implica em ações de incentivo à atuação e organização dos jovens nos seus processos de desenvolvimento pessoal, social e de vivência política. Nesses termos, a atividade educacional busca propiciar o desenvolvimento de metodologias voltadas à participação e à pluralidade de manifestações próprias da juventude. Afinal, a Sociologia na escola precisa selecionar conteúdos próprios de sua especialidade e “pelos quais os estudantes possam agir, assimilando conhecimentos e desenvolvendo capacidades que lhes permitam compreender o mundo em que vivem e nele se inserir ativamente” (Mendonça, 2011:348).

No que preconiza as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Brasil, 2006), este projeto visou ampliar as condições de participação<sup>2</sup> da juventude a partir de um trabalho pedagógico na disciplina Sociologia, caracterizado por um duplo sentido: (i) possibilitar ao estudante ser um agente ativo e construtor do conhecimento e, (ii) fomentar a emergência de formas diversas de participação e representação na vida escolar e fora dela.

Neste artigo, buscamos analisar o desenvolvimento do projeto Participação Estudantil enquanto uma prática de ensino e refletir acerca de seus resultados no processo de ensino-aprendizagem, seja na assimilação pela juventude de conhecimentos sociológicos, seja na sua formação política e cidadã. A investigação se baseia no método de estudo de caso, ao longo dos anos de 2014 a 2017. Para coleta de dados utilizamos os seguintes instrumentos: (a) observação participante na escola ao longo da concepção e execução do projeto por meio da qual registrou-se em diário de campo as percepções, relatos e situações significativas do ambiente escolar; (b) entrevista semiestruturada acerca dos entendimentos e percepções relacionados à participação estudantil na escola por parte de professores e estudantes envolvidos; (c) aplicação de questionário estruturado relacionado às experiências prévias de participação dos estudantes e o seu perfil associativo, que possibilitou a identificação dos significados sociais e políticos ligados à noção de participação desses jovens e; (d) análise de conteúdo de fanzines confeccionados pelos estudantes, no intuito de mensurar os avanços e limitações em termos de compreensão do tema e de formação política da juventude escolar.<sup>3</sup>

A pesquisa foi iniciada no segundo trimestre do ano letivo escolar de 2014, logo no início da implantação do Pibid na escola, onde foi proposto o tema da “participação juvenil na política” na disciplina de Sociologia (conteúdo específico do currículo da segunda série do ensino médio). Neste momento inicial, o diagnóstico do padrão associativo e das percepções dos estudantes sobre a participação, previamente à implantação do projeto, ocorreu por meio de um questionário por amostragem com as turmas das segundas séries e entrevistas semiestruturadas com duas professoras e uma liderança estudantil. No segundo momento, foram desenvolvidas as etapas do Projeto Participação com aulas expositivas e dialogadas sobre temas da política e juventude, roda de conversa entre estudantes e um ativista estudantil e ex-gremista e, por fim, a confecção de fanzines, posteriormente expostos para toda a escola por meio de um varal. Os dados dos fanzines em um número de aproximadamente cinquenta e sete, foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2009).

Estes instrumentos se articulam no desenho de pesquisa, baseado na comparação entre o padrão associativo e de percepções dos estudantes previamente à aplicação da

<sup>2</sup> Cabe mencionar que o projeto aborda o conceito de participação relacionado a uma concepção de cidadania, ou seja, toma-se a participação estudantil como a apropriação pelos estudantes dos meios de reflexão que lhes possibilitem a elaboração de uma consciência crítica que parta para uma ação prática na escola e no seu entorno.

<sup>3</sup> Agradecemos às professoras supervisoras e aos licenciandos/as de iniciação à docência pelos registros, relatórios, projetos e relatos de experiências. Para acessar os relatos de experiência apresentados em congressos, vide o site do Pibid Ciências Sociais Ufes. Link: <https://csopibid.wixsite.com/pibid>

prática pedagógica – mensurada por meio de aplicação de questionários e entrevistas –, e os resultados na formação dos estudantes aferido sobretudo a partir da análise de conteúdo dos fanzines por eles produzidos. Coincidente com as etapas do projeto em si, este método fundamenta a análise dos resultados da prática pedagógica no processo ensino-aprendizado e na formação da juventude secundarista.

O artigo está estruturado em quatro partes: a primeira, seguida desta introdução, expõe as contribuições e os limites das abordagens de democracia e participação e sua relação com as juventudes. A segunda parte apresenta o estudo de caso, sobretudo a prática pedagógica desenvolvida no projeto Participação Estudantil. A terceira seção apresenta o perfil associativo e político dos estudantes da escola, preexistente à execução do projeto, enquanto a quarta discute as percepções dos jovens sobre participação, democracia e cidadania em material didático desenvolvido pelo projeto. Por fim, a conclusão reflete acerca dos resultados desta prática de ensino do Pibid Ciências Sociais, seja no processo ensino-aprendizagem seja na formação política da juventude escolar.

## **Democracia, Participação e Juventudes**

O debate teórico-conceitual em torno do tema da participação tem uma longa tradição de estudos, particularmente na Ciência Política. Desde a década de 1960, face à crítica ao modelo de democracia representativa, emergiu uma concepção participativa de democracia voltada à ampla participação dos cidadãos nos assuntos de interesse da coletividade. Essa acepção parte dos teóricos clássicos como Rousseau e J. Stuart Mill e enfatiza a retomada da articulação entre o conceito de cidadania e o de soberania popular (Pateman, 1992). Partindo do pressuposto de que a teoria da democracia participativa se construiu em torno da afirmação central de que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente, Pateman (1992) afirma que o máximo de participação de todas as pessoas em todas as esferas (e não somente nas instituições representativas) é condição ao desenvolvimento de atitudes e qualidades necessárias à vida verdadeiramente democrática. Para a autora, o processo participativo promove e desenvolve as qualidades que são necessárias à sua autossustentação, na medida em que leva a aquisição de prática de habilidades cidadãs e procedimentos democráticos.

A participação possibilitaria aos indivíduos a capacitação e conscientização para tomada de decisões políticas, alimentando-se e reproduzindo-se do próprio processo de socialização coletiva. Nessa perspectiva, a participação é entendida como um processo que gera o desenvolvimento da cidadania, e seu efetivo exercício configura-se como fator principal na transformação das condições de subordinação política e de injustiças sociais.

Nas duas últimas décadas, as experiências de combinação entre mecanismos de democracia participativa e de democracia representativa têm conferido ao termo participação novos significados. Nesse contexto, as possibilidades de ampliação e fortalecimento da democracia parecem vislumbrar uma direção comum: a participação de atores sociais múltiplos e plurais na tomada de decisões políticas. O conceito de participação passa a ser desdobrado em participação política, popular, cidadã e social.

O conceito de participação política ressurge na concepção representativa de democracia, segundo a qual a participação dos cidadãos tem um sentido decisinal e restringe-se ao processo eleitoral. Com efeito, pode ainda ser compreendido como o exercício de atividades político-partidárias, ser membro em associações civis, além de manifestações de protestos, marchas, ocupação de edifícios. Recentemente, esse conceito de participação política vem traduzindo novos conteúdos e sentidos. Emerge do debate teórico uma visão heterodoxa e emancipatória da política, depreendendo-se alguns elementos e valores comuns, tais como “a solidariedade, a não-preocupação com a tomada do poder, o respeito à pluralidade e às diferenças, a prática de relações democráticas” (Teixeira, 2002:26).

Nesta noção de participação, embora seja essencial seu sentido decisivo e de intervenção dos atores da sociedade civil no processo decisório, permanece insuficiente à constituição da legitimidade política, requerendo para tanto uma dimensão argumentativa na formação da vontade pública (Habermas, 1997). Esse conceito vem sendo complementado pela concepção pautada em processos de discussão e avaliação no qual os diferentes aspectos de uma determinada proposta são levados em consideração, a partir de uma tendência a reavaliar o peso do elemento argumentativo no interior do processo deliberativo (Habermas, 1984 *apud* Avritzer, 2000).

A ideia de participação popular, por sua vez, configura-se nos anos oitenta associada aos movimentos populares. Neste contexto, a participação nos processos de elaboração de estratégias e de tomada de decisões orienta-se pelas categorias de classes populares e povo. A participação popular foi definida como esforços da sociedade civil em movimentos sociais urbanos e associações de moradores para aumentar o controle sobre os recursos e as instituições do Estado (Gohn, 2001).

Na década seguinte, o aprofundamento da categoria cidadania e a construção de novos espaços de ações coletivas inscritos na relação entre o público e o privado vão valorizar os conceitos de participação cidadã e de participação social para designar as novas formas de inserção participativa dos cidadãos na vida pública. Na participação cidadã, a categoria central passa a ser a sociedade em vez de ser a comunidade ou o povo. A participação é concebida enquanto intervenção social ao longo de todo o processo de formulação e implementação de políticas públicas. Tem como característica principal a tendência à institucionalização, a partir da criação de estruturas de representação da sociedade civil. Para Teixeira (2002:30), a participação cidadã busca aperfeiçoar o sistema de representação, “exigindo a responsabilização política e jurídica dos mandatários, o controle social e a transparência das decisões”.

Já a participação social se constrói na relação sociedade e Estado. Neste tipo de participação, a mobilização social passa a ser compreendida como energias a serem canalizadas para objetivos comuns, em vez de uma aglutinação de pessoas para fins de protestos e manifestações públicas. Para Gohn (2001:1212), nessa modalidade de participação ocorre um “esvaziamento do conteúdo político da mobilização e a sua transfiguração em processo para atingir resultados”. Nesta concepção ganha relevância a categoria de pertencimento, entendida como um sentimento de identidade que gera

motivação nos atores sociais, além da redefinição do conceito de solidariedade e de trabalho voluntário, articulados às novas redes de sociabilidade.

Em que medida estes conceitos expressam a participação juvenil? Qual é o significado da participação da juventude? Quais repertórios de ação predominam entre os jovens? A compreensão dos conceitos da participação como “tipos puros” é insuficiente para apreender o engajamento das juventudes na contemporaneidade, embora conduzam ao entendimento sobre as diversas formas de participação. A relação entre os jovens e o espaço público é complexa e multifacetada e pode combinar uma pluralidade de formas e significados de participação. Conforme aponta Dayrell (2013:31), “há uma diversidade de estratégias utilizadas pelo mundo juvenil no sentido de construir sua visibilidade pública e sua práxis social”.

Essa complexidade e diversidade de formas de manifestação política e social expressam a heterogeneidade das culturas e sociabilidades juvenis. No entanto, essa diversidade nem sempre está presente nos estudos. Ao contrário, no século XX, os estudos associaram a juventude ora a delinquência, ora a transformação social, ora a apatia e despolitização (Castro, 2009). Assim, se na década de 1960 tornou-se recorrente a ênfase na juventude revolucionária e seu potencial transformador, principalmente em decorrência dos novos movimentos sociais; no período pós-transição ressalta-se a juventude como apática e desinteressada da vida pública e da política. Três aspectos devem ser considerados.

Em primeiro lugar, enquanto o movimento estudantil brasileiro tenha passado por significativas transformações em sua estrutura organizacional, nos seus propósitos, identidades sociais e redes de relações sociais, o mesmo permaneceu atuante ao longo das duas últimas décadas na defesa de suas causas gerais (Mische, 1997).

Em segundo lugar, nesse contexto, nota-se o surgimento de novas organizações e grupos culturais e políticos que se identificam como jovens (Castro, 2009). Ademais, os dois grandes ciclos de protesto de âmbito nacional que marcaram a cena pública no país no período pós-constituição de 1988 foram protagonizados pela juventude, a saber, o Movimento dos Caras Pintadas Pró-Impeachment do presidente Collor de Mello, em 1992, e os Protestos de Junho de 2013. Mais recentemente entre 2015 e 2016 notou-se a presença de ativismos políticos de jovens de direita através do Movimento Brasil Livre (MBL) que atuou a favor do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff (Araújo, Furtado Barros & Perez, 2023).

O terceiro aspecto se refere ao suposto descrédito dos jovens em relação à representação política. De acordo com os estudos de Dayrell (2013) e do Ibase/Polis (2006), a limitada quantidade de dados sobre a participação sociopolítica da população brasileira, impede a afirmação de que a juventude é o único segmento que não apresenta maiores índices de participação, dado que essa pode ser a realidade do conjunto da população. Ademais, algumas pesquisas apontam uma coincidência entre (i) os índices de participação da juventude e aquele do conjunto da população, inclusive, o baixo nível de envolvimento com os partidos políticos e sindicatos, e (ii) a correlação positiva entre os

níveis de instrução e de rendimento e a propensão à associação, em ambos os segmentos (Ibase/Pólis, 2006).

Com a falta de interesse da juventude nos canais tradicionais de participação, como através dos partidos políticos, os estudos identificaram a preferência dos jovens pelas formas diretas de participação como nos coletivos que reivindicam maior inclusão nas decisões não só para as juventudes, como também para outros grupos com dificuldade de acesso a direitos - como mulheres, negros, LGBTQIA+ e moradores de bairros periféricos (Araújo, Furtado Barros & Perez, 2023).

Dayrell (2013) argumenta que a participação juvenil ultrapassa as formas institucionais de participação cuja compreensão não deve se restringir aos partidos políticos, sindicatos, grêmios estudantis e afins. Acentua haver por parte dos jovens uma negação das formas tradicionais de participação quando solapadas pelo clientelismo e nepotismo, o que não significa, contudo, o desconhecimento da sua legitimidade quando bem-sucedidas. Assim, algumas pesquisas destacam:

[...] o afastamento dos jovens dos sindicatos, mas não a sua negação; a desconfiança em relação aos partidos; mas o reconhecimento de um interesse difuso sem a participação correspondente; e a busca de uma política sem rótulos tradicionais que designam posições de direita e esquerda (Sposito, 2000 *apud* Dayrell, 2013:32).

Neste contexto, os estudos enfatizam a emergência de novas formas de associativismo e participação juvenil que precisam ser identificadas e compreendidas, as quais podem caracterizar repertórios mais autônomos, espontâneos e fluidos. Além das formas contestatórias de ação direta, dos coletivos juvenis e das manifestações culturais, outra configuração da participação juvenil acentuada por Dayrell (2013) é o voluntariado.

O trabalho voluntário é acentuado pelos jovens pela sua capacidade de mobilização e de aperfeiçoamento da participação política (Ibase/Pólis, 2006). Trata-se de um tipo de intervenção de caráter individual voltado para o desenvolvimento social e a atenuação dos efeitos das desigualdades sociais. Para Dayrell (2013:33), o trabalho voluntário não necessariamente é esvaziado de conteúdo político e – sendo de diversos tipos, objetivos e estratégias – muitas vezes se inscreve “num novo processo de envolvimento da juventude atual com a política e a vida pública”.

Compreendemos as juventudes como uma categoria construída de modo relacional e resultado de uma época. Como sofre alterações com o passar do tempo, considera-se então que “[...] é a partir destas transformações que se observa a mudança dentro da sociedade e nesse sentido a juventude pode ser considerada como ‘termômetro’ para perceber a dinâmica do tempo. Percebe-se então uma aposta nas juventudes como portadoras da transformação social” (Araújo, Furtado Barros & Perez, 2023:3).

Ao notar a transformação social que acontece por meio de diferentes formas de participação e engajamento, percebemos que a juventude é a principal responsável por grandes manifestações, “[...] tal como aquelas que levaram ao impeachment do ex-presidente Collor, em 1992” (Perez, 2018:3). Dessa forma, pensar a política a partir da

participação de adolescentes e jovens nos fornece base para uma compreensão acerca dos principais conflitos sociais que atravessam a contemporaneidade.

## O Projeto Participação Estudantil na Sociologia escolar

O projeto educacional Participação Estudantil é apresentado nesta seção, enquanto uma metodologia de ensino ou prática pedagógica na Sociologia do Ensino Médio. O objetivo do projeto foi promover ações de incentivo à participação que despertassem o senso crítico dos estudantes e contribuíssem para a sua formação política e cidadã. Neste âmbito, entende-se que a investigação como base da educação escolar é uma forma de envolver estudantes e professores em um processo permanente de questionamento e reflexão sobre a realidade.

A implementação do Pibid Ciências Sociais na EEM Prof. Fernando Duarte Rabelo, em 2014, foi acompanhada de diagnóstico inicial do contexto escolar o qual apontou, entre outros aspectos, o tema da participação estudantil como uma das questões mais urgentes a serem trabalhadas. Além do interesse expresso pelos estudantes do ensino médio da rede pública e pela professora de Sociologia pelo tema, havia uma demanda da própria escola de instrumentalizar os estudantes para se mobilizarem de forma organizada em suas reivindicações, e, inclusive de incentivar a reorganização do grêmio estudantil que se encontrava inativo à época – considerando a instância máxima e legítima de participação estudantil<sup>4</sup>.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (Brasil, 2000), que orientam o desenvolvimento da cidadania e do exercício dos direitos, propostas de ações pedagógicas que viabilizam a articulação e o protagonismo dos estudantes são relevantes, tanto para o processo ensino-aprendizagem quanto para a formação política. Neste diapasão, o objetivo central do projeto foi desenvolver o interesse nos estudantes pela participação, a partir do conhecimento acerca da participação estudantil dentro e fora dos muros da escola, reconhecendo o papel protagonista do estudante como agente de transformação social.

Quanto aos objetivos específicos deste projeto educacional, destacamos: a) compreender conceitos e teorias referentes ao tema participação, com ênfase na participação estudantil na história política brasileira contemporânea; b) orientar os estudantes sobre como conduzir suas demandas de forma legítima; c) incentivar a criação de formas de participação cidadã, tendo como protagonista da mudança o estudante, viabilizando o exercício da cidadania dentro da escola e; d) desenvolver o senso de participação dos estudantes nas mais variadas áreas da vida social para além da escola.

---

<sup>4</sup> Atualmente existe nas escolas o chamado Programa de Incentivo ao Protagonismo Juvenil que tem o objetivo de estimular a autonomia, a consciência criativa e a participação do estudante, por meio da atuação em Diretórios Estudantis, Coletivos Estudantis Participativos (CEPs) ou como Líderes e Vice-Líder de Turma compondo os Conselhos de Líderes.

A prática pedagógica foi desenvolvida como projeto-piloto, abrangendo inicialmente as turmas da segunda série do ensino médio do turno matutino, e logo demonstrou sua capacidade de transferência e replicação para as turmas do vespertino. A intenção foi recortar o objeto de replicação a fim de dimensionar de forma compacta as atividades formativas-pedagógicas e os resultados do projeto, facilitando a obtenção desses<sup>5</sup>.

Considerando estes elementos, analisaremos as etapas propriamente ditas do projeto educacional Participação, implantado ao longo do segundo trimestre do ano letivo escolar, composto por duas etapas: (i) investigação sobre o tema, a partir dos perfis e percepções dos estudantes e; (ii) aplicação de atividades pedagógicas e formativas. Na primeira etapa do projeto foi realizado um levantamento histórico e de público, tendo como enfoque a participação estudantil, por meio de um questionário por amostragem aplicado aos estudantes da escola, aproximadamente 138 estudantes, cujos resultados serão apresentados na próxima seção.

Em complemento, foram realizadas algumas entrevistas individuais semiestruturadas, de modo a conhecer os diferentes pontos de vista em relação ao tema, entre estudantes e professores. Esta etapa prévia funcionou não apenas como motivação dos estudantes para execução das atividades pedagógicas, mas como diagnóstico do padrão associativo e das percepções, possibilitando inferir acerca dos impactos do projeto na formação política dos estudantes. Ao passo que, na segunda fase foram desenvolvidas as seguintes atividades formativas-pedagógicas, aplicadas aos estudantes: aulas expositivas-dialogadas, roda de conversa, confecção de fanzines e varal sociológico, as quais detalharemos a seguir.

As aulas expositivas-dialogadas foram realizadas com o uso do recurso didático “linha do tempo”, previamente elaborado e exposto em slides e banner. Tratando sobre a participação estudantil na história política recente do país, a linha do tempo enfocou quatro importantes eventos políticos: durante o período da ditadura militar; no movimento das Diretas Já; no movimento Fora Collor ou dos Caras-Pintadas e; por fim, nos Protestos de Junho de 2013. O propósito desta exposição logo no início do projeto, foi motivar os estudantes a aprenderem mais sobre o tema. A dinâmica foi efetiva porque os estudantes tiveram a oportunidade de participar diretamente das aulas, contribuindo com questionamentos e apontamentos que demonstraram seu interesse pela temática proposta pelo projeto.

A segunda atividade formativa foi a organização de uma roda de conversa com o título “Movimento Estudantil na Prática”, que contou com a participação de um ativista estudantil e ex-gremista de uma escola estadual local. A dinâmica da palestra foi conduzida pelas bolsistas de iniciação à docência que dialogaram com o palestrante convidado por meio de um bate-papo, com participação da plateia que favoreceu a

---

<sup>5</sup> A aplicação do projeto na escola teve três meses de duração (julho, agosto e setembro de 2014), precedido de reuniões preparatórias com a equipe do Pibid Ciências Sociais.

apresentação das experiências vividas pelo convidado e reflexões sobre a participação estudantil. Estiveram presentes 140 estudantes aproximadamente.

A terceira atividade formativa consistiu na produção de fanzines pelos próprios estudantes, ou seja, um tipo de publicação impressa independente, cuja expressão informativa e de arte pretende fugir das formas tradicionais de comunicação e mídia. A proposta do fanzine foi o desenvolvimento de diferentes temáticas relacionadas à participação. Em grupos, os estudantes receberam orientação de como desenvolver o fanzine por meio de um roteiro de instrução previamente disponibilizado e tendo como exemplo um fanzine produzido pelas pibidianas com o tema da participação estudantil na história brasileira. Ao todo foram confeccionados 57 fanzines, distribuídos nos temas: participação estudantil ao longo da história; grêmio estudantil; eleições; movimentos sociais; democracia e cidadania; o povo como ferramenta da mudança social; política e cotidiano.

Na produção dos fanzines, os estudantes fizeram o uso de manchetes políticas retiradas de jornais e revistas de circulação nacional e regional, além de dados de mídias alternativas que se contrapunham aos dados dos principais veículos de comunicação. Se utilizaram também de expressões de usuários das redes sociais da internet (*hashtags*, *emoticons*, etc); charges; letras de música; personagens de HQs e desenhos animados; imagens de grafite e cultura urbana; logotipos de partidos e imagens de personalidades políticas; referências a frases de intelectuais nacionais e internacionais, inclusive sociólogos, e a personagens de filmes e da cultura *pop*; além do uso de símbolos nacionais sobretudo a bandeira nacional e brasões de prefeituras locais evidenciando uma leitura da política em diferentes esferas (Figura 1). Concluída a etapa dos fanzines, os estudantes apresentaram suas produções no Varal Sociológico denominado ParticipAÇÃO. Durante uma semana os fanzines foram expostos no pátio da escola, juntamente com poemas/poesias e fotos sobre a participação estudantil na história política brasileira.

**Figura 1.** Fanzines do Projeto Participação Estudantil



**Fonte:** Acervo do Pibid Ciências Sociais Ufes, 2014.

## Perfil associativo e político da juventude escolar

Nesta seção, a caracterização do perfil associativo e político da juventude inserida no ambiente escolar se baseia na aplicação de questionário estruturado aos estudantes de seis turmas do ensino médio regular e do ensino médio técnico, em julho de 2014. Importa destacar que o questionário foi aplicado na primeira fase de execução do Projeto, portanto antecedendo as atividades formativas e didáticas desenvolvidas, cujo objetivo foi realizar um diagnóstico inicial do perfil dos estudantes e de suas percepções acerca da participação.

Do total de 169 alunos matriculados nas turmas do ensino médio regular e técnico, 138 responderam ao questionário, perfazendo uma amostra de 81,66% do universo investigado. Dos respondentes 43,48% estão matriculados no 1º ano, 32,61% no 2º ano e 23,91% no 3º ano. Cabe assinalar que o 3º ano, além de ter menor número de matriculados, também consiste em nossa menor amostra (68,75%).

**Tabela 1.** Você participa de alguma associação/entidade política ou movimento social?

Turmas	Sim	Não	NR	Total
1º ano	10	49	1	60
2º ano	2	42	1	45
3º ano	6	27	0	33
Total	18	118	2	138
Percentual	13,04%	85,51%	1,45%	100%

**Fonte:** Projeto Educacional Participação Estudantil, 2014.  
Acervo do Pibid Ciências Sociais Ufes.

A faixa etária dos estudantes é de 15 a 18 anos de idade, classificada como jovens segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O questionário levantou o perfil associativo desses a partir de suas próprias percepções de associativismo. Do total de estudantes, apenas 13% afirmaram participar de alguma associação, entidade política ou movimento social, sendo o 3º, o ano de maior associativismo (18,18%) e o 2º ano a menor (4,4%). Vide Tabela 1. Comparativamente, a pesquisa do Ibase/Pólis (2006) mapeou o grau de mobilização dos jovens no Brasil e demonstrou que 28% da juventude participa no seu bairro ou em qualquer parte da cidade, de algum grupo social. Esse indicador é similar àquele encontrado no conjunto da população brasileira (Dayrell, 2013).

**Tabela 2.** Você participaria de um grêmio estudantil?

Turmas	Sim	Não	NR	Total
1º ano	18	41	1	60
2º ano	15	30	0	45
3º ano	9	24	0	33
Total	42	95	1	138
Percentual	30,43%	68,85%	0,72%	100%

**Fonte:** Projeto Educacional Participação Estudantil, 2014. Acervo do Pibid Ciências Sociais Ufes.

No entanto, a propensão dos jovens respondentes a participar de um grêmio estudantil é maior que seu grau de associação, alcançando 30,43% (Tabela 2). Vale destacar, ainda, que quando perguntados se participariam de um projeto que estimule a participação estudantil o nível de adesão saltou para 48,55%, sendo a maior receptividade no 3º ano (57,58%). Importa considerar que à época da aplicação do questionário o grêmio na escola estava desativado, tendo acumulado duas tentativas frustradas de reativação, nos anos de 2012 e 2013. Os dados demonstram que muitos estudantes desconheciam a função do grêmio estudantil dentro da escola e avaliam as tentativas malogradas de sua reativação como motivadas pela desmobilização dos estudantes.

**Tabela 3.** Você acha importante a participação dos estudantes nas decisões da escola?

Turmas	Sim	Não	Total
1º ano	59	1	60
2º ano	44	1	45
3º ano	33	0	33
Total	136	2	138
Percentual	98,55%	1,45%	100%

**Fonte:** Projeto Educacional Participação Estudantil, 2014. Acervo do Pibid Ciências Sociais Ufes.

Adicionalmente, o questionário identificou o perfil político desses jovens do ensino médio, aqui caracterizado por suas percepções da importância e do papel da participação estudantil no contexto escolar. A quase totalidade dessa juventude (98,55%) reconhece a importância da participação dos estudantes nas decisões da escola, com destaque em todas as séries do ensino médio (Tabela 3).

Os dados evidenciam que esta participação além de concebida como um valor em si, pelo seu potencial educativo, pedagógico, inclusivo e formador da cidadania, é esperada como um mecanismo eficiente na produção de melhores resultados no processo decisório e na gestão da escola. Nesses termos, 90,58% dos jovens secundaristas apontam que a sua participação na escola melhoraria o ambiente escolar, vislumbrando, assim, um efeito prático da participação no cotidiano vivido.

Este perfil associativo e político da juventude escolar demonstra, por um lado, que a sua adesão às formas tradicionais de participação como associações, entidades civis e movimentos sociais formalmente organizados não está tanto em evidência, acompanhando a tendência da juventude brasileira em geral. Ao contrário, os estudiosos têm identificado a participação da juventude nos autodenominados coletivos, uma forma organizacional caracterizada por informalidade, pautas múltiplas e pontuais, horizontalidade, fluidez e presença nas mídias digitais (Maia, 2013; Gohn, 2017). Embora a literatura tenha problematizado a novidade e autonomia dos coletivos em relação às instituições políticas (Marques & Marx, 2020), é reconhecido que os coletivos reproduzem um discurso de distanciamento da política partidária e parlamentar (Perez, 2020).

Por outro lado, a caracterização política aponta que esses jovens não são indiferentes ou desinteressados da participação como um todo, ao contrário, eles reconhecem a relevância de seu engajamento no contexto escolar e o papel da participação na melhoria das decisões tomadas e na gestão democrática da escola. Emblemático do engajamento estudantil foi a ocupação nas escolas durante a chamada “Primavera Secundarista”, com a ocupação de sete escolas na Grande Vitória, em 2016 (Real, 2018). As ocupações estudantis inauguraram o ciclo de protestos nacional dos secundaristas, com mobilizações em várias capitais e cidades do país, em defesa da educação pública de qualidade e contrária a nova reforma do ensino médio (MP 746/2016) e a PEC 55 que instituiu teto para gastos públicos, no governo Temer (PMDB).<sup>6</sup>

## **Percepções de participação, democracia e cidadania**

No decorrer do projeto, os estudantes demonstraram a apropriação de uma linguagem ligada à participação, à democracia, à contestação e aos direitos de cidadania, revelada especialmente nos fanzines. Fato que expressa a sua competência cognitiva de compreensão e comunicação (PCNEM, 2000). O fanzine consiste no principal desdobramento do projeto em termos de atividade formativa e pedagógica, conforme dito, precedido de aulas expositivas dialogadas e dinamizadas por linha do tempo interativa, e de roda de conversa com ativista estudantil. Nos fanzines, a pesquisa e a seleção prévia de conteúdos a serem enfatizados orientou sua produção pelos jovens, assinalando a intencionalidade na escolha do conteúdo julgado importante para expressar seu ponto de vista e sua compreensão sobre o tema. Considerando estes aspectos, o fanzine confeccionado pelos estudantes foi apropriado como instrumento para mensurar os resultados ou impactos da aplicação desta prática de ensino. Sendo, a partir dessa atividade, possível identificar as percepções da juventude escolar sobre participação,

<sup>6</sup> Segundo Real (2018), as mobilizações de estudantes secundaristas em Vitória também foram motivadas por pautas locais, como a eleição para diretor escolar, a defesa de criação de grêmios estudantis e de uma universidade estadual.

democracia e cidadania no momento posterior à implementação do projeto. Senão vejamos.

Nos fanzines foram desenvolvidos entendimentos a respeito da participação, a partir dos sete subtemas mencionados: participação estudantil na história do país; grêmio; eleições; movimentos sociais; democracia e cidadania; o povo como ferramenta da mudança social e política e cotidiano. No conjunto, os estudantes destacaram em suas produções duas categorias de compreensão da participação – a contestatória e a institucional, sendo 57,9% e 42,1% de ocorrências, respectivamente. A primeira foi caracterizada por protestos, passeatas, greves, movimentos sociais, militâncias, reivindicações, atos públicos, mobilizações, manifestações, debates e redes sociais. A segunda, por eleições, voto, grêmio, partido político, estatuto, legislação, justiça, plebiscito e referendo. Decorre a constatação de que a juventude escolar reconhece ambas as formas de participação, ainda que privilegiem a modalidade contestatória, conduzindo ao entendimento da legitimidade do uso combinado dos repertórios de ação tanto extrainstitucionais (protestos, por exemplo), quanto institucionais.

O tema participação é associado também à cidadania e a direitos. Representa, nesse caso, a vinculação entre o engajamento político em questões de interesse coletivo e o alcance da cidadania e dos direitos sociais, políticos e civis, apontando para os efeitos políticos da participação. O acesso às políticas públicas é enfatizado enquanto expressão da cidadania ampliada, em ordem decrescente, nos setores de saúde, educação, transporte e segurança. Os jovens buscam evidenciar, por fim, o exercício da política na vida cotidiana, o voto consciente e as lutas sociais como vias para mudança social.

Os fanzines examinados pelo método de análise de conteúdo demonstraram ainda, um senso crítico dos estudantes acerca das questões políticas que permeiam o cenário político brasileiro, como os escândalos de corrupção em nível nacional e local. Além disso, os estudantes apresentaram uma visão crítica em relação ao voto obrigatório, ou seja, questionadora e problematizadora no fito de buscar soluções para os desafios da democracia representativa. Destaca-se, por fim, menções relacionadas ao contexto político e social da época que conduziu aos protestos de Junho de 2013, por exemplo: a criminalização dos movimentos sociais e do repertório de ativismo dos *black blocs*; a defesa do passe-livre pelo movimento estudantil e o reconhecimento de sua abrangência nacional e; o questionamento aos grandes investimentos para a realização da Copa do Mundo em 2016 e a construção dos grandes estádios de futebol, enquanto se assiste à precarização dos demais serviços, principalmente na área da saúde e na educação. Em geral, os jovens ressaltam a presença das desigualdades sociais e expressam a ideia de que a política se exerce no cotidiano e não somente nas urnas.

Além de seu impacto no processo ensino-aprendizagem, a prática de ensino potencialmente contribuiu com a formação política dos estudantes, ensejando novas adesões associativistas na juventude escolar. Trata-se do incentivo à ampliação do perfil associativo dos jovens, através da reativação do grêmio escolar, fato ocorrido por iniciativa dos estudantes no contexto de implementação do projeto, indicando seus resultados sobre o associativismo dos jovens. Conforme expôs o então presidente do grêmio recém ativado: “por meio desta organização os alunos têm seus direitos

reconhecidos e são representados por uma organização formada por e para os alunos”. Outro acontecimento marcante foi a participação direta dos estudantes na greve de professores da rede pública estadual, também em 2014, expressando posicionamento político favorável à categoria. Essa atuação dos estudantes deu-se através de aulas abertas e debates acerca do movimento grevista, especialmente na disciplina de Sociologia, bem como de cortejo público até a Secretaria de Estado de Educação (SEDU), juntamente com estudantes de outras escolas públicas. Pode-se assim dizer que o projeto contribuiu à formação política dos estudantes, impactando seu perfil associativo e suas percepções acerca da participação, fomentando processos de engajamento na participação estudantil que potencialmente repercutem no seu cotidiano dentro e fora da escola. Pode-se assim dizer que o projeto contribuiu para a formação política dos estudantes, impactando seu perfil associativo e suas percepções acerca da participação, fomentando processos de engajamento na participação estudantil que potencialmente repercutem no seu cotidiano dentro e fora da escola.

É mister destacar, conforme Pateman (1992), o papel da participação em outras esferas da vida para além das instituições da democracia representativa, como a participação no ambiente escolar e sua repercussão para a formação humana e para a democracia. Para a autora, a participação possui um valor em si, cuja função pedagógica enseja um processo de *inputs* e *outputs* que gera incentivos para a vida democrática em geral. Pateman estabelece uma relação intrínseca entre a formação humana para a cidadania e a participação e o aprofundamento da vida democrática. Assim, a participação estudantil em múltiplas esferas, seja na vida escolar seja no cenário político local e nacional, se correlaciona ao desenvolvimento de atitudes e qualidades necessárias à vida democrática.

Nesses termos, o Projeto Participação gerou impactos na formação política da juventude ao lançar luz sobre o papel do processo participativo para a vida democrática, com a participação promovendo as qualidades necessárias à sua autossustentação, como o aprendizado de habilidades cidadãs e de procedimentos democráticos. Além disso, ao tomar parte da construção da metodologia do projeto Participação e do exercício de autonomia em sua execução, contribuiu para o processo ensino-aprendizagem a partir de inovação na prática pedagógica.

## Considerações finais

A relação entre juventude e participação é complexa e comporta uma pluralidade de sentidos e significados. Os estudiosos apontam uma diversidade de formas de manifestação política e social acionadas pelo mundo juvenil, as quais expressam a heterogeneidade de culturas e sociabilidades (Dayrell, 2013). Esta diversidade de estratégias de visibilidade pública e, por extensão, de sociabilidades apontam “não mais juventude, mas juventudes” (Castro, 2009:208). Considerando esta diversidade de espaços de interação e de múltiplas expressões das juventudes, este artigo analisou as

contribuições de uma prática de ensino voltada a um público específico, a juventude escolar secundarista.

A utilização de metodologias de ensino na Sociologia do ensino médio convive com desafios que vão da ausência de tradição pedagógica no campo da disciplina até a preocupação com a linguagem no trato dos conteúdos sociológicos para os jovens. Passa ainda, por instrumentos didáticos que estimulem os estudantes a assimilar conhecimentos e desenvolver capacidades – de refletir, de aprender com autonomia, de analisar, de estabelecer relações significativas – para além dos esquemas de treinamento e memorização. É neste contexto que se inscreve a prática de ensino do projeto Participação, desenvolvida pelo Pibid Ciências Sociais em parceria com escola pública de nível médio.

Neste artigo, a análise do desenvolvimento do projeto no ambiente escolar e a reflexão acerca de seus resultados no processo de ensino-aprendizagem e na formação política da juventude secundarista, permitem algumas considerações. A aplicação das atividades formativas do projeto foi precedida de um diagnóstico do perfil associativo e político da juventude escolar. Em suma, o quadro demonstrou certa resistência dos jovens às formas de participação institucional, como associações civis, partidos políticos e grêmios. Contudo, isso não significa o desconhecimento de sua legitimidade e relevância, muito menos a indiferença ou apatia em relação a essas. Ao contrário, os estudantes acentuaram a importância da participação no contexto escolar e social. Desse modo, ao que parece, a recusa se dá em relação às formas políticas tradicionais e suas versões corrompidas, o que não impede a emergência de novos espaços de interação participacionista no ambiente escolar.

Após a execução de todas as atividades formativo-didáticas do projeto pode-se constatar através da análise de conteúdo de uma delas – o fanzine –, significativos incrementos nas percepções e conhecimentos dos jovens secundaristas acerca da participação, da democracia e dos direitos de cidadania. Podemos assim dizer que a aplicação do projeto na escola se relaciona aos resultados obtidos no processo de ensino-aprendizagem, especialmente pelos conhecimentos sociológicos adquiridos sobre o tema da participação na história política brasileira e seus desdobramentos atuais, expressos pelos estudantes, seja na sala de aula seja nas atividades extraclasse como no varal sociológico que expôs os fanzines. Nesse aspecto, a prática pedagógica contribuiu com o desenvolvimento da competência cognitiva de compreensão e comunicação dos estudantes, ainda que novas pesquisas devam ser realizadas para aprofundamento.

Destaca-se, ainda, os resultados do projeto para a inclusão dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem mediante o incentivo à sua efetiva inserção na sala de aula, através da participação nas aulas expositivas dialogadas, na roda de conversa e na produção de materiais didáticos e formativos como o fanzine e o varal sociológico. Nesse caso, o projeto motivou os estudantes a participarem diretamente na construção de instrumentos de ensino e aprendizado, atuando como um agente ativo e construtor do conhecimento.

Pode-se assim dizer que o projeto contribuiu para a formação política dos estudantes, impactando seu perfil associativo e suas percepções acerca da participação, fomentando processos de engajamento na participação estudantil que potencialmente repercutem no seu cotidiano dentro e fora da escola. Em geral, a comparação entre o diagnóstico obtido antes do projeto e a análise qualitativa dos fanzines, bem como os desdobramentos na participação dos estudantes observados por meio da observação participante, permitem aferir sobre os resultados da prática pedagógica na formação dos estudantes. Embora a técnica utilizada possa ter limitações para mensurar os impactos de práticas de ensino no processo pedagógico, é um recurso metodológico comumente utilizado na avaliação de resultados de políticas públicas. Notadamente, a análise de trajetórias dos estudantes ao longo do tempo, pode ser explorado em estudos futuros.

Por fim, importa ressaltar que a prática de ensino envolta ao projeto Participação foi desenvolvida com incentivos externos, no caso o Pibid Ciências Sociais, aqui compreendida como resultado desse na formação dos discentes e no processo ensino-aprendizado.

## Referências

- Carlos, Euzeneia; Moraes, Lívia de Cássia Godoi. (2020). “Impactos do Pibid Ciências Sociais na formação docente: consolidação e valorização da licenciatura”, in Freguglia, J.; Jonis, M. (orgs.), *Experiências do Pibid Ufes: Pluralidade de caminhos formativos na licenciatura*. Curitiba, Appris, pp. 89-105.
- Avritzer, Leonardo. (2000). “Teoria democrática e deliberação pública”. *Lua Nova*, n. 49, pp. 25-46. [Consult. 23-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-64452000000200003>
- Araújo, Rogério O.; Furtado Barros, Renata; Perez, Olívia C. (2023). “Jóvenes de derecha e izquierda en una perspectiva comparada Brasil y Argentina”. *Millcayac*, Mendoza, v. 10, n. 18, p. 1-18. [Consult. 23-03-2024]. Disponível em <https://revistas.uncu.edu.ar/ojs/index.php/millca-digital/article/view/6476>
- Bardin, Laurence. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 1970.
- Brasil. (2006). *Orientações Curriculares para o Ensino Médio* (OCN-EM). Ciências Humanas e suas Tecnologias/Secretaria de Educação Básica. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.
- Brasil. (2017). *Lei nº 13.415*. Brasília, 16 de fevereiro de 2017. Diário Oficial da União - Seção 1 - 17/2/2017, p. 1.
- Brasil. (2000). *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio* (PCNEM). Brasília: DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.
- Brasil. (2024). *Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência* (Pibid). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.
- Castro, Elisa G. (2009). “Juventude”, in Almeida, Heloisa B.; Szwako, José. (orgs), *Diferenças, igualdade*. São Paulo, Berlendis & Vertecchia, pp. 194-226.
- Dayrell, Juarez. (2013). “Por uma Sociologia da juventude”, in Oliveira, Luiz F. (org.), *Ensino de Sociologia. Desafios teóricos e pedagógicos para as Ciências Sociais*. Seropédica/RJ, Ed. UFRRJ, pp. 11-30.
- Gohn, Maria da Glória. (2017). *Manifestações e protestos no Brasil*. São Paulo, Cortez.

- Gohn, Maria da Glória. (2001). "Participação: novas e antigas concepções na gestão pública". IX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. (ANPUR), 9º, *Anais*, Rio de Janeiro: ANPUR, pp. 1206-1217.
- Habermas, Jürgen. (1997). *Direito e Democracia: entre facilidade e validade*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Ibase/Polis. (2006). *Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Relatório Regional Belo Horizonte.
- Maia, Gretha Leite. (2013). "A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política". *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, Santa Maria, v. 8, n. 1, pp. 58-73. [Consult. 23-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.5902/198136948630>
- Marques, Marcelo de S.; Marx, Vanessa. (2020). "Os coletivos em cena: algumas contribuições para o debate". *Simbiótica*, v. 7, n. 3, pp. 8-32. [Consult. 23-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33691>
- Mendonça, Sueli G. de L. (2011). "A crise de sentidos e significados na escola: a contribuição do olhar sociológico". *Cad. Cedes*, Campinas: Unicamp, v. 31, n. 85, pp. 341-357, set/dez.
- Mische, Ann. (1997). "De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política". *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: ANPEd; Campinas, Autores Associados, n. 5-6, pp. 134-150. [Consult. 23-03-2024]. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n05-06/n05-06a12.pdf>
- Moraes, Amaury. (2007). "Parecer sobre o Ensino de Filosofia e de Sociologia". *Mediações Revista de Ciências Sociais. Ensino de Sociologia*. v. 12, n. 1, pp. 239-248. [Consult. 23-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2007v12n1p239>
- Pateman, Carole. (1992). *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro, Paz & Terra.
- Perez, Olívia C.; Souza, Bruno M. (2020). "Coletivos universitários e o discurso de afastamento da política parlamentar". *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 46, pp. 1-19. [Consult. 23-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046217820>
- Perez, Olívia C. (2020). Juventude Universitária e Política: a descrença nas instituições parlamentares e o crescimento dos coletivos. *Anais do Encontro da ABCP*. pp. 1-22.
- Real, Danielly da C. V. (2018). *Primavera Secundarista: engajamento estudantil nas ocupações de Vitória-ES em 2016*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PPGCS, CCHN-UFES, Vitória, 159 p.
- Schevisbiski, Renata S. (2013). Ensino de Sociologia: aspectos epistemológicos, pedagógicos e institucionais, in Ferreira, Adriana de F. et al. (orgs), *Relatos e práticas de ensino do PIBID de Ciências Sociais/UEL*. Londrina: UEL.
- Teixeira, Elenaldo. (2002). *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo, Cortez.

## *Euzeneia Carlos*

-  <https://orcid.org/0000-0003-0553-2746>  
 <http://lattes.cnpq.br/5041035987649708>

Pós-doutora em Sociologia Política pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), Mestra em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUR/UFRJ), licenciada em Ciências Sociais. Professora da Graduação e Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Coordenadora de área do Pibid Ciências Sociais no período de março de 2014 a fevereiro de 2017, pesquisadora e Coordenadora do Núcleo Participação e Democracia (NUPAD/Ufes). E-mail: [euzeneiacarlos@gmail.com](mailto:euzeneiacarlos@gmail.com)

## *Larissa Franco de Mello Aquino Pinheiro*

-  <https://orcid.org/0000-0002-1568-6370>  
 <http://lattes.cnpq.br/9320994435530659>

Doutora em Educação (Ufes). Mestra em Ciências Sociais (Ufes). Mestra em Ensino de Humanidades (Ifes). Licenciada e bacharela em Ciências Sociais (Ufes). Bolsista Pibid entre 2014 e 2016. E-mail: [larissafma@gmail.com](mailto:larissafma@gmail.com)

## *Yamilia de Paula Siqueira*

-  <https://orcid.org/0000-0003-0553-2746>  
 <http://lattes.cnpq.br/5041035987649708>

Doutoranda em Educação (Ufes). Mestra em Educação (Ufes). Licenciada e bacharela em Ciências Sociais (Ufes). Bolsista Pibid entre 2014 e 2016. E-mail: [yamilia.siqueira@gmail.com](mailto:yamilia.siqueira@gmail.com)